



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR

4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA
57ª LEGISLATURA

Em: 6 de abril de 2026
(segunda-feira)

Às 14 horas

27ª Sessão Não Deliberativa

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO. Fala da Presidência.) - Há número regimental.

Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

A presente sessão, não deliberativa, destina-se a discursos, comunicações e outros assuntos de interesse partidário e parlamentar.

As Senadoras e os Senadores poderão se inscrever para uso da palavra por meio do aplicativo Senado Digital e por lista de inscrição que se encontra sobre a mesa ou por intermédio dos totens que estão disponibilizados na Casa.

Passamos à lista dos oradores inscritos.

O primeiro orador é o Senador Paulo Paim, do PT, do Rio Grande do Sul.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS. Para discursar.) - Sr. Presidente, Senador Confúcio Moura, eu falava ali embaixo... Ali no Plenário, conversando com as jornalistas, dizia a elas que V. Exa. é uma referência para todos nós. E eu disse: "Principalmente na educação". E o fiz como forma de reconhecer o seu trabalho, porque é a educação que liberta.

Todas as causas são importantes, mas é a educação, somente, que liberta.

Então, é uma alegria V. Exa. estar presidindo e eu, falando.

Presidente Confúcio Moura, Sras. e Srs. Senadores e Senadoras e os que nos assistem pela TV Senado, falo hoje de uma das causas mais profundas da minha vida pública; falo da defesa de um salário mínimo digno ao povo brasileiro.

Essa luta não nasceu nos gabinetes nem nos corredores do poder; ela começou muito antes: lá no chão das fábricas, no movimento sindical, nas assembleias marcadas pela esperança e pela indignação.

Ali, convivendo com homens e mulheres que sobreviviam com tão pouco, eu aprendi que o salário mínimo não é apenas um indicador econômico; ele é o retrato da dignidade, ou não, de uma nação.

Foi nesses ambientes que iniciamos uma batalha histórica: fazer com que o salário mínimo deixasse de ser um valor simbólico, corroído pela inflação, e passasse a representar, de fato, um instrumento de justiça social.

Lembro-me de uma luta que travamos, para que o salário mínimo alcançasse, ao menos, o equivalente a US\$100.

Um dia, reunindo, a convite do Presidente na época, que antecedeu, logo após o Collor... Fernando Henrique Cardoso. Pronto, lembrei aqui. Não poderia esquecer.

Fernando Henrique, numa reunião, disse: "Contente agora, Paim?". "Por que, Presidente?". "Chegamos a 100 'Pains'". "Como, a 100 'Pains'?". "O salário mínimo a US\$100."

Começou, lá nele, que o salário mínimo chegou a US\$100, um patamar que, à época, parecia distante, mas que simbolizava um passo concreto rumo à valorização real do trabalho.

Não sei se V. Exa. conheceu Beni Veras. Como eu estou aqui há 40 anos...

Beni Veras foi Senador e foi Governador do Ceará, exatamente. Não estava aqui nas minhas anotações, e eu, vindo para cá, lembrei: "Mas o Beni Veras foi um grande...". Eu tinha muito respeito; ele era um homem muito simples, muito tranquilo... Simples no falar, assim, falava que nem nós falamos, o linguajar popular.

E, um dia, ele escreveu um artigo chamado "A Luta de um homem só". Ele falava da minha vida em relação ao salário mínimo, porque ele via que eu vinha cá à tribuna, falando dia e noite sobre o salário mínimo.

Nunca mais me esqueci. Guardei num quadro, na minha residência, esse artigo dele, que era "A Luta de um homem só". Beni Veras já faleceu, se eu não me engano - já, não é? -, mas fica aqui meu carinho eterno a ele.

Mas, enfim, quando cheguei, Sr. Presidente - estou viajando no tempo aqui, naturalmente... Quando fui Constituinte, eu tinha comigo que a redação tinha que fortalecer o salário mínimo. Foi com a voz de milhões que lutamos para escrever, na Constituição Cidadã também, o princípio de que o salário mínimo deveria ser capaz de atender às necessidades vitais e básicas do trabalhador e de sua família, como moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte...

Na Comissão do Trabalho, onde eu tive a honra de atuar como membro - fui Vice-Presidente e Presidente -, lá, na Câmara dos Deputados, fui Coordenador da Subcomissão encarregada de elaborar a Política Nacional do Salário Mínimo, a primeira lei do salário mínimo condicional.

Elaboramos um projeto consistente, responsável, comprometido com a valorização do trabalhador.

Infelizmente, à época, os projetos aprovados foram vetados pelo então Presidente da República.

Não recuamos. Lideramos um amplo movimento, lideramos por diversos líderes, pela derrubada desses vetos.

No dia 28 de junho de 1989, com apoio de lideranças históricas, como Ulysses Guimarães, conseguimos restabelecer aquilo que era justo.

Foi uma vitória da democracia, do Parlamento e, sobretudo, dos trabalhadores.

Naquele período, inclusive, produzimos, na Comissão do Trabalho, uma cartilha chamada "O ABC da política salarial", com o objetivo de levar consciência ao povo e informar da importância do salário mínimo, porque sempre acreditei que não basta legislar; é preciso dialogar com o povo, Sr. Presidente Confúcio Moura.

E, até por uma questão de justiça, falo aqui do ex-Deputado Federal, falo aqui do ex-Governador Alceu Collares, do PDT, já falecido.

Ex-Deputado Federal pelo Partido Democrático Trabalhista (PDT), o ex-Governador do Rio Grande do Sul, ex-Prefeito também, de Porto Alegre, foi um defensor intransigente de reajustes mais elevados para o salário mínimo e para as aposentadorias e pensões.

Getulista e brizolista, Collares teve uma trajetória marcada pela defesa dos direitos dos trabalhadores e da justiça social. Ele veio a falecer em dezembro de 2024.

Sr. Presidente, são lembranças que me trazem à tribuna, neste momento, para falar: quando fiz greve de fome, em 1991, no Plenário da Câmara, pelo reajuste do salário mínimo, Alceu Collares foi solidário, como também foi o já falecido Adão Pretto, como foi também Pedro Simon, que está bem consciente, muito ativo ainda, lá no Rio Grande do Sul - caminha lento, como eu também já estou caminhando lento, mas ele está com a cabeça a mil ainda. Tive o apoio de Pedro Simon, que veio para o Plenário comigo, de Sérgio Zambiasi, de Chico Vigilante, aqui de Brasília, e de outros dos quais eu não vou lembrar o nome agora.

Ao longo de toda a minha vida parlamentar, tanto na Câmara dos Deputados quanto aqui no Senado, apresentei inúmeros projetos voltados à valorização do salário mínimo e à proteção do rendimento dos trabalhadores aposentados e pensionistas - alguns me chamavam de "o homem do salário mínimo" -, até que aprovamos uma lei de inflação mais PIB, e aí acabou aquela história de todo ano ter que ter aumento para o salário mínimo, que estava muito abaixo da inflação e do PIB. Deu certo.

Destaco iniciativas que buscaram garantir o reajuste permanente com ganho real, a extensão desses ganhos à previdência social, a manutenção dos que dependem da previdência social, a manutenção do poder de compra e a criação de uma política permanente, estável e previsível para o salário mínimo.

Um dos momentos mais marcantes dessa trajetória foi em 2005, quando eu tive a responsabilidade de ser Relator, na Comissão Mista Especial do Salário Mínimo, composta por membros da Câmara e do Senado.

E aqui faço justiça não só ao passado - a alguém que faleceu ou não -, mas faço justiça ao Senador Renan Calheiros.

Quando foi Presidente do Senado, depois de muita conversa com os Líderes, ele criou uma Comissão Especial que tinha o objetivo de construir uma política permanente do salário mínimo. A mim foi dada a responsabilidade de ser o Relator.

Percorremos praticamente todo o Brasil, estivemos em quase todas as capitais, realizamos audiências públicas, ouvimos trabalhadores, empresários, especialistas, aposentados, movimentos sociais e sindicais, até que apresentamos para o Senador Renan Calheiros o relatório final.

Eu fui o Relator, Walter Barelli - falecido também - foi um dos principais articuladores - ele era Deputado Federal.

Foi um processo profundamente democrático, e dele resultou um relatório histórico, que propôs um mecanismo claro e justo de valorização: a reposição da inflação somada à avaliação do Produto Interno Bruto dos últimos dois anos, com extensão aos benefícios da Previdência - claro, tudo na linha do salário mínimo.

Enquanto isso, nas ruas, o povo se mobilizava. Centrais sindicais, movimentos sociais e entidades de aposentados realizavam marchas, atos e mobilização em defesa do salário mínimo. Era uma sociedade empurrando a história para a frente.

Os resultados começaram a aparecer.

Em 2006, tivemos um aumento expressivo; em 2007, um aumento real; e, após muita negociação, diálogo e construção política, em 2011, foi sancionada a Lei 12.382, instituindo oficialmente, enfim, uma política nacional de valorização do salário mínimo.

Eu, como sindicalista, Sr. Presidente, botei que era inflação e o dobro do PIB, mas eu sabia que, como dois e dois são quatro e que, se tirarmos desses quatro, dois ficam dois... Eu botei a inflação e o dobro do PIB, porque eu sabia que, na negociação, iríamos ter que tirar o dobro do PIB, mas eu fiz consciente.

Na negociação, de fato, ficaram a inflação e o PIB. Era o que eu queria, o que o movimento sindical queria e o que os trabalhadores aceitavam.

Enfim, foi instituída assim, oficialmente, a Política Nacional de Valorização do Salário Mínimo, baseada justamente no relatório desta Comissão de que eu tive a honra de ser Relator.

Essa política transformou o salário mínimo em um poderoso instrumento de distribuição de renda. Mesmo no trabalho informal, ele serve como referência, dinamiza a economia, fortalece o mercado interno, gera emprego e renda.

O trabalhador não especula: ele consome, vive, sustenta a sua família. Infelizmente, em torno de 70% dos brasileiros dependem do salário mínimo, somente do salário mínimo.

Nos governos do Presidente Lula e da Presidenta Dilma, essa política atingiu o seu auge: saímos de um salário mínimo que, por décadas, oscilava entre US\$50 e US\$80 - no Governo Fernando Henrique chegamos a US\$100. Mas, com essa política de inflação mais PIB, nós chegamos aos US\$350 - foi um avanço para a época.

Nisso nunca havia acontecido na história do Brasil. Foi um salto civilizatório.

Milhões de brasileiros saíram da pobreza, houve inclusão social, redução das desigualdades, fortalecimento da economia popular, e isso não aconteceu por acaso; foi o resultado de decisões políticas, de compromissos com o desenvolvimento social e com o combate firme à miséria.

Mas é preciso dizer que essa conquista não é definitiva. Em vários momentos da história recente, assistimos a tentativas de enfraquecer essa política e congelar o salário mínimo, não deixando sequer que os aposentados ganhassem o mesmo número que é dado - que é a inflação mais PIB - ao salário mínimo.

Sempre estivemos juntos com aqueles e aquelas que fizeram o bom combate.

Felizmente, a política de inflação mais PIB voltou, porque mexer no salário mínimo é mexer diretamente na vida de milhões de brasileiros, de trabalhadores ativos, aposentados, pensionistas.

Quando vem o recuo no salário mínimo... Porque ele é referência tanto para o mercado formal quanto para o mercado informal e para os dissídios coletivos. "Ó, o salário mínimo ganhou inflação mais PIB; por que é que nós não poderíamos ganhar?".

É um absurdo querer tirar inflação mais PIB do salário mínimo.

Sr. Presidente, a minha trajetória sempre foi pautada pela coerência, defendendo aquilo que eu entendo como justo, e um salário mínimo de inflação mais PIB é mais do que justo.

Enfim, no movimento sindical, no Parlamento, na Constituinte, até os dias de hoje, nunca abandonei essa causa; continuo apresentando propostas, defendendo o ganho real, lutando por uma política permanente de valorização do salário mínimo, que agora está mantida.

Mas quando eu vejo, na grande imprensa, alguns dizendo que tem que retirar o aumento real do salário mínimo, eu venho de imediato à tribuna e digo que não. Uma vez cheguei a usar o termo "só por cima do meu cadáver" é que eles iam tirar o aumento real do salário mínimo.

O desenvolvimento econômico não pode caminhar desassociado da justiça social.

Reafirmo, portanto, com a mesma convicção de sempre, que, enquanto tiver voz nesta tribuna - e aqui eu tenho até o fim do ano, mas, lá fora, na vida, nas ruas, nos movimentos sociais, continuarei fazendo o que sempre fiz -, defenderei sempre um salário mínimo digno. Defenderei os trabalhadores e as trabalhadoras do Brasil. Defenderei os aposentados e pensionistas. Essa não é apenas uma pauta econômica. É uma causa humanitária. É uma questão de dignidade da nossa gente.

Essa é uma história que merece um livro. Uma vez escrevi um livro, pequeno, mas o escrevi, sobre a história do salário mínimo no Brasil, porque a história do salário mínimo vem de lá com Getúlio, lá de trás. Vem muito antes de quando nós brigamos para ter uma política permanente... Nosso salário mínimo vem de longas datas, de muita batalha de muitos líderes, de muitos Presidentes que com ele estavam comprometidos e mantiveram o salário mínimo.

Essa é uma luta das nossas vidas. É uma luta que continua.

Sr. Presidente, se V. Exa. permitir, vou usar mais cinco minutos, conforme parece que tenho.

Hoje de manhã realizamos uma grande audiência pública na Comissão de Direitos Humanos aqui do Senado com o título "Por que [dizemos] não à guerra e sim à paz?". Essa audiência pública na Comissão de Direitos Humanos teve como objetivo debater a guerra, como está tudo acontecendo, infelizmente, de forma absurda no mundo hoje em grande parte dos países.

Grande parte do mundo está em guerra. Crianças, jovens e pessoas inocentes encontram-se no meio dos conflitos. São muitos feridos, muitos mortos. Na guerra entre os Estados Unidos e Israel contra o Irã, em 28 de fevereiro, primeiro dia do conflito, uma escola infantil foi bombardeada, matando 175 pessoas, sendo 150 delas crianças.

Segundo a ONU e o Comitê Internacional da Cruz Vermelha, mais de cem conflitos estão em curso, principalmente nas regiões da Ucrânia, do Irã, da Faixa de Gaza, de Israel e de tantos outros países do continente africano. Os mais afetados sempre são os mesmos: crianças, idosos, mulheres, os mais vulneráveis.

Lembro aqui o que Bob Dylan, na canção *Mestres da Guerra*, disse:

Vocês que fabricam as grandes armas,
vocês que fabricam aviões [de guerra] letais,
vocês que fabricam todas as bombas,
vocês que se escondem por trás de muros,
vocês que se escondem por trás de mesas [...]

E esse é o mundo real, enquanto o povo, milhares e milhares de homens e mulheres morrem nas guerras.

Também lembro de John Lennon, com a canção *Imagine*, que nos convida a sonhar com um mundo sem guerras: Imagine todas as pessoas vivendo o presente; imagine todas as pessoas compartilhando o mundo inteiro; imagine todas as pessoas vivendo em paz; e o mundo será como um só.

No Projeto de Resolução 45, de 2025, já aprovado aqui, de autoria do Senador Flávio Arns, eu fui o Relator, a sugestão foi de Ulisses Riedel, que acompanhou o debate hoje pela manhã, criamos, então, a Frente Parlamentar pela Paz Mundial. Essa frente busca o quê? É sonho? É ilusão? Eu sempre digo que o possível eu faço hoje. O impossível eu continuo perseguindo para que ele aconteça um dia.

Essa frente busca fortalecer a atuação do Congresso Nacional em defesa da paz mundial. Cito o escritor, poeta, pensador grego Níkos Kazantzákis, que disse - abro aspas:

"A virtude enlouqueceu, a geometria enlouqueceu, a substância enlouqueceu, a mente tem que tornar novamente a legislar, a estabelecer uma nova ordem, novas leis. O mundo precisa se transformar em uma nova harmonia de paz e de amor".

Quando ele diz que a virtude enlouqueceu, a geometria enlouqueceu, a substância enlouqueceu, afirma que aquilo que antes dava ordem, sentido e estabilidade ao mundo entrou em colapso. Por isso que estamos vendo tudo que está aí. "A virtude enlouqueceu": os valores morais perderam o rumo, o certo e o errado já não são claros. "A geometria enlouqueceu":

até a razão, a lógica e a ciência, que deveriam ser exatas, parecem se confundir e falhar. "A substância enlouqueceu": a própria essência daquilo que sustenta a realidade tornou-se instável...

(Soa a campanha.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) - ..., ou seja, tudo aquilo que sustentava o mundo, ética, razão, seriedade, honestidade, solidariedade, a essência entrou em crise ao mesmo tempo.

Nikos sugere que quando o mundo perde suas referências, não podemos apenas lamentar e esperar respostas prontas, é preciso que o ser humano, consciente, crítico e criador, assuma a responsabilidade de reconstruir o sentido da vida e valorizar a palavra amor. Precisamos de um equilíbrio, precisamos de mais consciência, sermos mais humanos, mais autênticos. Políticas humanitárias não têm fronteira. Não podemos fugir, precisamos recriar o mundo a partir da nossa própria consciência.

Agora, Presidente, eu prometo que não é o discurso, não é nada, é o que eu tenho que fazer.

(Soa a campanha.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) - A minha suplente é a Cleonice Back, e ela perdeu o pai dela, que foi sempre uma grande referência política e um obreiro, porque ela é uma trabalhadora rural. Se permitir, eu faço o registro bem rápido.

Sr. Presidente, é com pesar que registro o falecimento, aos 75 anos - praticamente a minha idade -, do Sr. Ari Back, pai de minha suplente, Cleonice Back. Ari faleceu na noite de sábado, 4 de abril, na cidade de Tiradentes do Sul, região noroeste do Rio Grande do Sul. Ari nasceu no dia 9 de dezembro de 1950 - eu também sou de 50, viu? -, era agricultor e dedicou sua vida toda ao cultivo da terra. Descendente de imigrantes alemães, teve uma vida simples e de muito trabalho. Com a esposa, Ilone Back, teve quatro filhos...

(Soa a campanha.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) - ...: Cleonice, Claudete, Margarete e Marcos. Depois vieram seis netos e dois bisnetos. Era apaixonado por sua família.

Quando Cleonice tinha 14 anos - essa, que é a minha suplente... Ela contava sempre e ele ouvia, como lembra aquela música: "naquela mesa está faltando ele e a saudade dele está doendo em mim", ele me contava contente tudo o que ele fez de manhã. Enfim, algo que eu vi na música e um dia declamei lá no Palácio, no dia que o Lula sancionou o Estatuto do Idoso.

Quando Cleonice tinha 14 anos, Ari a levou para uma reunião do Sindicato dos Trabalhadores Rurais. Aí começou a paixão de Cleonice pelo sindicalismo, pela luta dos agricultores, pelas causas ligadas à agricultura, à terra, à valorização da produção rural. Ari cumpriu a sua missão, deixando para os amigos e familiares um exemplo de amor, dedicação, trabalho e honestidade.

(Soa a campanha.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) - Meus sentimentos e meu abraço fraterno à esposa Ilone, à minha primeira suplente, Cleonice, a toda a família, sua esposa, também ao Ademir e à filha, Maria Cecília, e a todos os familiares e amigos de Ari Back.

Era esse o resuminho, Sr. Presidente, dessa lembrança que eu fiz de um produtor rural que amava a terra. Era produtor de leite. Eu estive lá na fazenda dele - não era uma fazenda; era, digamos, um rancho grande, de bom tamanho, onde produzia leite - e ele me disse: "Ó, chega aqui às 4h da manhã - viu? - porque nós vamos começar a ir para a lida para tu veres como é que é no campo". Quando chegou ali pelas 11h da manhã, eu disse: "Não dá para sentar um pouco?" Aí eles me serviram um café, um almoço, enfim.

É uma lembrança muito boa dessa minha experiência lá com esse trabalhador rural que faleceu...

(Soa a campanha.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) - ... e hoje eu faço aqui uma homenagem a ele.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO. Para discursar - Presidente.) - Bem, os inscritos... Cadê o Izalci? *(Pausa.)*

Tem o Senador Chico Rodrigues, de Roraima, tem o Jorge Seif e o Izalci. O Izalci acho que foi ao cafezinho. Enquanto ele volta, eu vou falar aqui umas palavrinhas - eu estou inscrito - daqui mesmo, da Presidência.

Antes de ontem, sábado, foi o último dia de transferência eleitoral para todos aqueles que desejam ser candidatos em outubro, disputar qualquer cargo público. Eu vou lhe dizer: eu sou Presidente do MDB lá de Rondônia, e é bem complicado hoje a composição, a formação das chapas, porque não existe no mercado nomes prontos para disputar uma eleição assim fácil, não. Tem aqueles que já estão com mandato, com experiência, mas são muito poucos. Lá em Rondônia, a gente, olhando a história, não temos assim 20 nomes que têm acima de 20 mil votos para Deputado Federal - não temos esses nomes. Então, a gente tem que lançar nomes jovens na expectativa de que esses nomes consigam prosperar, crescer e se elegerem Deputados Federais.

E hoje, com essa figura do financiamento público de campanha, do fundo eleitoral, praticamente os partidos só se interessam mesmo em nominatas para Deputado Federal. Os Deputados Federais, os candidatos de bom nível, recebem um valor importante do fundo eleitoral para disputar a eleição, porque isso é discricionário, cabe ao Presidente determinar quanto cada um vai receber, e nem todo mundo recebe igual, porque tem aqueles puxadores que o Presidente nacional e os regionais têm interesse que se elejam, porque eles já têm um potencial maior. Então, é bem injusto.

E também disputar eleição com quem está em mandato hoje, tanto mandato de Deputado Federal como estadual, não é fácil, porque eles têm essas chamadas emendas impositivas, e essas emendas vão agradando Vereadores de todos os partidos, Prefeitos de todos os partidos e eles formam aquele grupo de apoio muito sólido. Então, fica quase que impenetrável para os novos concorrerem nessas eleições.

Mas sempre há espaço para renovação - sempre há espaço para renovação.

Em Rondônia, já tivemos - eu sou do MDB -, desde que passou de território a estado, vários governadores. Na metade desse tempo todo, foram governadores do MDB. Agora tem outros já de outros partidos, e está, mais ou menos, metade, um pouquinho a mais, dos partidos adversários. Então, mesmo nós, com todo esse patrimônio, tendo o maior número de filiados no estado, tivemos dificuldade de fechamento das nominatas. E o problema é que a gente perde nome na última hora.

Perdemos nomes de pessoas históricas do partido, que, na última hora, com promessa de outros partidos, de mais dinheiro para a campanha, mais isso, mais aquilo, mais vantagem, eles mudam de partido com uma facilidade incrível. Eu não sei... Eu fico admirado. Respeito cada um, sua posição, acho que eles estão se baseando no princípio de Maquiavel: os fins é que interessam, os meios não são tão importantes. "Então, desde que eu seja eleito, eu posso ser de qualquer lugar."

Já eu penso diferente. Eu sempre fui filiado ao MDB nos anos 80, filiado antigo, e nunca mudei de partido. Além do mais, ninguém me convida para mudar de partido, porque eu não mudo. (*Risos.*)

Eles não me convidam para mudar de partido, não. Então, é desse jeito, ficou difícil a gente se montar.

A minha conclusão hoje é a de que os partidos, a gente tem que formar essa federação mesmo, federar, partidos grandes com partidos pequenos, tem que fazer emboiação de partidos. Tem partido demais no Brasil. É partido demais! Não precisa de tanto partido. Tem partido que não muda nada, muda só a sigla, mas a programação é igual, muda coisíssima nenhuma.

Então, eu acho que a gente tem que diminuir esses partidos para oito blocos partidários. Ficam dois grandes blocos, realmente puxadores, faz maioria aqui na Câmara e no Senado; e os outros blocos menores, formando oito - está bom -, sete, oito blocos, porque não tem possibilidade de um presidente da República governar um país com 30 partidos políticos, tendo 30 líderes diferentes. Ele tem que conversar com um, com um, na hora da votação. "Vou votar isso. Vai a medida provisória tal. Cadê o voto? Não tem. Cadê fulano? Cadê beltrano?" Isso é muito difícil.

Depois das emendas impositivas, o que eu pude observar é que quem está mandando mesmo na pátria amada Brasil é o Congresso Nacional. O Congresso hoje tem um poder sobre o orçamento. Quando a Ministra Simone manda para cá o orçamento, quando volta para lá pronto, é outro orçamento, totalmente diferente. Só aquelas despesas obrigatórias, que não tem jeito de mexer, é que ficam, mas o restante das despesas discricionárias é mexido a deus-dará.

Eu fui Relator do Orçamento há dois anos e me debrucei sobre os números. Eu tenho uma profecia porque, olha bem... Eu vou errar aqui; é claro que eu vou errar, eu não tenho os números na cabeça, decorados, mas hoje... Há até pouco tempo, dos R\$6 trilhões brutos, que são o Orçamento brasileiro, sobram, para o Governo Federal executar, de tudo, vou dar um chute, R\$250 bilhões. Esses R\$250 bilhões são para luz, água, telefone, aluguel, carro, comprar avião, comprar isso, arrumar estrada, tapar buraco, fazer ponte, atender Prefeito, atender isso e aquilo, Governadores; só tem esse dinheiro.

Já este ano, eu creio que vai ser menor, já vai ser bem menos dinheiro e, para o próximo Presidente, depois desse, o subsequente, em 2031, se não mudarem as coisas, para esse coitado desse Presidente que virá lá em 2031, vão sobrar de R

\$40 bilhões a R\$50 bilhões, se nada for feito. É impossível governar. Impossível governar como está, porque as despesas do Orçamento brasileiro são indexadas e vinculadas. São vinculadas quando já se tem um vínculo lá; por exemplo, 15% para a saúde, 25% para a educação, tantos por cento para o Judiciário, tantos por cento não sei para quê, tantos por cento para os estados e municípios... Quando termina tudo, as despesas indexadas e as despesas vinculadas, eu acho que não precisa nem de Presidente da República, porque basta o Secretário do Tesouro Nacional e um computador para fazer o rateio desse dinheiro: tanto para fulano, tanto para beltrano, tanto para sicrano... Vai mandando esse dinheiro para estado, município, saúde e acabou o dinheiro.

Então, no presidencialismo... Estou vendo o Trump lá nos Estados Unidos. Ele exerce um presidencialismo de força, ele manda e desmanda, e "trimanda", e "quadrimanda". Ele faz guerra sem ouvir o Congresso, ele põe muro sem ouvir o Congresso, ele faz isso; ele põe aquela polícia para bater em refugiado sem ouvir o Congresso, ele se mete em guerra no mundo todo, ele manda aqui punir ministro do Supremo com a Lei Magnitsky... Não sei como esse homem tem esse poder de punir alguém no Brasil porque ele quer. Eu nunca vi uma desgraça dessas. Ali é um presidencialismo, de fato, e, com o Trump, é um presidencialismo antidemocrático.

Aqui no Brasil, nós temos um presidencialismo que não é presidencialismo. Nós temos um presidencialismo que é um parlamentarismo às avessas, um parlamentarismo que não é parlamentarismo. Para qualquer coisinha de que o Presidente precise, ele tem que correr atrás de 30 Líderes.

Olhem, no tempo do Fernando Henrique, eu era Deputado. Ele mandava a medida provisória, e era difícil não aprovarmos as medidas provisórias do Fernando Henrique. A gente aprovava quase todas. Montavam-se as Comissões Especiais, e, no prazo certo, a gente votava. Agora não, a maioria das medidas provisórias que o Lula manda ficam engavetadas. Elas só têm a vigência dos 120 dias de duração que a lei permite.

Por isso, você veja que coisa horrorosa é essa!

Então, se a gente não disciplinar... E tem outra coisa: são R\$6 trilhões aí do bolo geral do Orçamento - aproximadamente; eu estou falando que eu vou errar -, mas, só aposentados e pensionistas, R\$1 trilhão de despesa - R\$1 trilhão ou chegando; se não estiver isso, um pouco mais, um pouco menos. Servidores públicos da União: R\$500 bilhões. Aí você vai fatiando e, quando você olha e pensa que não, o dinheiro já foi todinho.

Então, eu estou falando isso tudo para vocês, para falar da política brasileira, falar dos partidos políticos que a gente tem. Se nós queremos presidencialismo, nós temos que diminuir o número de partidos, formar as federações, porque é uma ganância, é uma cegueira para criar partido. Parece que é o fim do mundo! "Se eu não criar um partido para mim, não serve. Eu vou criar meu partido, botar debaixo do bolso aqui, e negociar vantagem para aqui e para acolá. Eu quero um partido para mim, ainda mais com essa zorra desse dinheiro que tem aí do fundo eleitoral e dos fundos partidários". O cara enlouquece e quer fazer maioria de Deputados Federais por isso.

Então, eu estou contando essa história para dizer da dificuldade. Não é só o meu partido lá em Rondônia que teve dificuldade para formar a chapa, não. Quase todos! Aqueles que têm uma nominata maior é o chamado "grupo da morte", porque juntam lá cinco, seis, sete Deputados Federais num só partido, mas metade vai perder. Mas estão satisfeitos! Cada um, extremista, de extrema direita, quer ficar lá? Fica, mas vai perder! E eu espero que o pessoal do meu MDB, que é tudo novo, ganhe a eleição. Eu quero que a minha turminha lá, de que o pessoal fala: "Ah, vocês não vão fazer ninguém...". Nós vamos fazer, sim. Tem uma menina inteligentíssima lá: tem advogados; tem o pessoal das reitorias, das universidades; tem o pessoal do Instituto Federal de Educação; temos Vereadores brilhantes. Temos uma turma excelente! Advogados, não é? E vamos brigar, sim.

Quando eu fui eleito Deputado, na década de 90 - em 1994 -, eu saí do consultório médico. Eu era médico, nunca tinha sido nada na política. Saí, ganhei essa zorra dessa eleição e até hoje estou aqui, né? Aí você veja: eu não tinha nem lenço, nem documento, nem pai, nem mãe políticos, e minha família, a minha mulher nunca, graças a Deus, participou, ela nunca vinha aqui ao Senado. Você nunca viu ela por aqui, pelo Senado. Eu fui Governador, e ela não ia ao Palácio, ela não queria nem saber disso, nunca ocupou cargo. Filho meu não vai, nunca teve cargo, de jeito nenhum! Minhas filhas nunca participaram de campanha minha. Só eu! De doido, basta eu! Ainda vou botar minha filha nesse sufoco lascado? De jeito nenhum! Basta um doido em casa; está bom demais! Já é muito, né?

Então, eu estou falando isso para vocês aqui: eu não concordo com essa bagunça de formar essas nominatas. Eu passei uns dois dias sem dormir, de preocupação. "Será que eu fecho essa nominata? Será que eu vou passar vergonha?" Essas coisas todas. Dia desses, lá em casa, tinham uns remédios de doido - remédios, assim, psiquiátricos do passado. Não sei como é que arrumei aqueles remédios lá. Eu falei: "Vou tomar um remédio de doido aqui hoje!". Tomei um comprimido à noite, esses de maluco, de clínica psiquiátrica. "Deixe-me dormir de qualquer jeito!" Aí eu tomei, fiquei bêbado no outro dia, fiquei tonto sem poder levantar. Eu gosto de academia, e não levantei coisa nenhuma. Fiquei lá, dopado até a alma de preocupação para formar essas benditas nominatas.

Então, agora, turminha de Rondônia do MDB, vocês tratem de correr atrás do bendito voto. O voto é difícil, né? Eu digo o seguinte: o voto é como o amor, você só beija quem você ama; pode até beijar sem amor, mas não é normal. E, no caso do voto, você só vota em quem você ama. Você tem que ter uma simpatia para a pessoa, você tem que ter um mínimo de olhar dentro dos olhos, de gostar da cara, de gostar da palavra; é isso que seduz a pessoa para uma votação. Então, tratem de olhar bonito para o povo. Tratem de realmente encantar o povo, tratem de encantá-lo, é a arte da sedução, é a arte do encantamento. O voto é isso. E, depois que vocês forem eleitos, trabalhem pela população, pois depois vão ser reconhecidos por muitos mandatos. Está aí o Paim; está aqui Izalci, que pode dar aula disso tudo. Então, são essas pessoas abençoadas que o povo não esquece nunca porque são pessoas que não esquecem da sua origem, que não mudam o seu discurso, que amam a população, que saem pela rua sem segurança, que entram nos botecos e tomam uma garrafa de Coca-Cola ou de Guaraná ou um copo de cachaça, qualquer coisa assim, que comem um pastel na feira. Isso que é maravilhoso na vida.

Então, eu vou encerrar meu discurso aqui, o meu discurso que não é discurso, e passar a palavra ao Dr. Izalci, que está aqui ao meu lado; esse aqui sabe de tudo e de muito mais.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. Para discursar.) - Sr. Presidente, Srs. Senadores e Sras. Senadoras, eu quero começar a minha fala com uma frase muito simples, mas que define exatamente o que está acontecendo aqui no Distrito Federal: não é coincidência, é método, e eu vou provar isso aqui porque, toda vez que esse assunto vem à tona, tem sempre alguém que tenta o tratar como um caso isolado, como um erro, como uma decisão que deu errado, mas não! Quando a gente começa a ligar os pontos, quando a gente coloca uma linha do tempo, quando a gente olha os fatos, fica muito claro: existe um padrão.

Vamos lá!

Dentro do próprio BRB, que é o banco aqui de Brasília, uma superintendente de *compliance*, da área que deveria fiscalizar, admite que tinha gente levando dinheiro - eu repito: levando dinheiro. E o que foi feito? Nada. Nada. Não teve investigação, não teve apuração, não teve transparência. E aí eu pergunto: isso é falha ou é proteção? Porque, quando quem deveria fiscalizar não age, quando quem deveria controlar se omite, não é erro, é conivência. E não para por aí. Funcionários relatam pressão, assédio e gente adoecendo, trabalhando à base de remédio; enquanto isso, segundo relatos internos, tinha gente levando dinheiro. Olha o tamanho do absurdo: um banco público, com servidor adoecendo e dinheiro sumindo.

E, quando isso veio à tona, o banco agiu? Não. O Governo agiu? Não. Foi a imprensa. Só depois que a matéria saiu na imprensa, só depois que ela expôs, é que começaram, então, os afastamentos. Inclusive, os que foram afastados hoje - tem dois que foram afastados - continuam recebendo o salário normal, como se nada tivesse acontecido. Aí eu pergunto de novo: se não fosse a imprensa, ia continuar tudo normal?

E a situação fica ainda mais grave. Uma auditoria interna aponta nomes - repito, aponta responsáveis. E não é um caso isolado; são várias pessoas. E aí o próprio Governo manda afastar. Ora, se afasta todo mundo, é porque o problema é grande - segundo informações, são 31 servidores envolvidos. Mas o pior ainda está por vir. A Polícia Federal abre investigação por possível gestão fraudulenta - eu estive lá, e o Presidente atual me confirmou que foi fraude, fatiaram os investimentos para fugir do Conselho de Administração. Foi uma gestão fraudulenta dentro do banco do povo do Distrito Federal. A sede do banco é alvo de operação, a cúpula é afastada, e a gente descobre que estamos falando de operações bilionárias envolvendo o Banco Master. Bilhões - não é milhão, não -, bilhões de reais. E eu faço uma pergunta muito simples: quem autorizou isso? Quem defendeu isso? Quem se beneficiou disso? Porque não existe negócio desse tamanho sem decisão política.

E, agora, vem a parte mais escandalosa. Meses atrás, tinha gente dizendo que o BRB ia ensinar *compliance* para o Banco Master, ensinar controle, ensinar governança, ensinar seriedade. Hoje, o que a gente tem? Investigação por fraude, operação da Polícia Federal afastando os dirigentes. Eu pergunto: quem ia ensinar quem? Isso não é só contradição; isso é deboche com a população.

E, agora, eu volto ao ponto principal, porque tem gente que ainda quer acreditar que isso é coincidência. Coincidência é uma vez; duas vezes, já fica estranho. Agora, olhem isto: denúncia interna ignorada - foi feita denúncia e foi ignorada -; gente levando dinheiro - foi confessado hoje pela responsável pelo *compliance* -; ambiente de pressão - foi dito, muitos servidores sendo pressionados -; auditoria apontando nomes, inclusive - 31 foram citados -; afastamento em massa; Polícia Federal investigando operação bilionária suspeita. Isso é coincidência? Não, isso é método; método de gestão, método de decisão, método de poder. Um método que coloca interesse na frente da responsabilidade; um método que troca controle por conveniência; um método que usa um banco público para fazer negócio de interesse privado. E o resultado é este que estamos vendo. Enquanto isso, a população do Distrito Federal está preocupada com a saúde, com a segurança, com a educação, com o custo de vida. E o que estão fazendo? Brincando com bilhões.

E eu vou deixar muito claro aqui: o BRB não é de governo, o BRB não é de grupo, o BRB é do povo do Distrito Federal; e quem mexe com o dinheiro do povo tem que responder, responder politicamente, responder administrativamente e, se for o caso, responder na Justiça - que é o caso. Porque não dá mais para aceitar isso como normal.

Eu encerro aqui reforçando: não é coincidência, é método, e método errado tem que ser enfrentado. Isso é urgente.

Presidente, hoje mesmo o Ministério Público aqui do Distrito Federal entrou realmente com uma Adin sobre a lei aprovada na Câmara Legislativa que daria suporte para um futuro financiamento, um empréstimo do Fundo Garantidor para o BRB.

Mandaram um projeto para a Câmara Legislativa, colocando, num primeiro momento, 12 imóveis - doze -, depois baixaram para nove imóveis. Quais são os imóveis? O prédio onde funciona a Novacap, Novacap e Secretaria de Obras. Se esse prédio ou se esse terreno for colocado à venda, o que nós teremos que fazer depois? Pagar aluguel o resto da vida, porque não tem como a Novacap sair de lá. Então, nós vamos pagar aluguel. Além de cobrir esse rombo de bilhões, ainda temos que pagar aluguel.

O outro prédio é da Caesb, que é a companhia de água e esgoto aqui do Distrito Federal, que também é a mesma coisa. É uma instituição de utilidade pública. Quando você vende os imóveis da Caesb, você está comprometendo a qualidade e a instituição, que é fundamental para o DF.

A outra: terrenos da CEB, que é a companhia elétrica de Brasília, que cuida da iluminação da rede pública, porque a rede privada foi privatizada, mas são terrenos públicos.

Colocaram - agora tiraram - a Serrinha, a Serrinha aqui no Plano Piloto, aqui no Lago Norte, ali no Taquari, que é responsável por 40% de abastecimento do Lago Paranoá, e aí querem fazer um empreendimento imobiliário, comprometendo realmente as nascentes que lá existem. Esse foi retirado.

E ainda colocaram o centro administrativo, que é uma obra que está há anos parada, que é um absurdo, que é também fruto de corrupção, porque você não faz uma obra de 400 mil metros quadrados, que foi feita para concentrar realmente as empresas do Governo, e que tem uma certa lógica... Eu fui Secretário quando a sede do Governo foi transferida para Taguatinga, chamada Buritinga, onde a presença dos secretários, junto com o Governador e com o Vice-Governador, facilitava muito a gestão. Quando você tem cada secretaria funcionando em um lugar diferente e a maioria dos projetos tem alguma integração entre elas, fica muito difícil, enquanto, funcionando no mesmo local, é importante e é muito mais eficiente.

Mas o prédio ficou pronto, está há pelo menos uns dez, doze anos já, e ninguém ocupa. Por quê? Interesses privados, porque o Governo paga alugueis para todo mundo aqui em Brasília, tem prédio alugado para todo lado.

Saiu agora o escândalo da educação: escolas abandonadas, que era só para reformar, e aí, do lado da escola, contratam o aluguel de um prédio por um valor absurdo. O valor pago de aluguel era mais do que suficiente para reconstruir a escola. É o que vem acontecendo.

Agora, recentemente, na Novacap, tem lá um prédio onde está funcionando provisoriamente a Secretaria de Obras, e só se paga água e luz: R\$20 mil por mês. O Governo agora pega um prédio, no Setor de Indústria, do nosso - que foi ex-Senador aqui - Eunício, para pagar quase R\$300 mil por mês de aluguel. Então, são coisas assim, absurdas, que vêm acontecendo e que muita gente não tem interesse que vá para lá, porque tem muitos prédios alugados no Governo. Então, a gente fica assistindo a essa incompetência, a essa falta de gestão, e parece que está tudo normal.

V. Exa. falou bem sobre a questão orçamentária, sobre a questão política, e é verdade. Na prática, a gente coloca essas pessoas que caem de paraquedas, que não conhecem o mundo real, que não conhecem realmente as cidades, que não conhecem a população, que não gostam de gente, e querem ser Governador. E as pessoas morrendo na fila do hospital... São três anos para conseguir uma cirurgia aqui em Brasília! Tem gente com quimioterapia, radioterapia, esperando há mais de um ano. Então, a saúde está um caos geral. Não há controle de nada, nem sequer de estoque de medicamento. Não há nenhuma integração dos hospitais, ninguém sabe o que o outro hospital está fazendo. Gastaram milhões e milhões - só um sistema que o Iges comprou foram R\$100 milhões. Então, são mais de 80 sistemas que não se comunicam, e é uma péssima gestão.

Agora, a saúde está matando, já, agora, a educação mata a geração toda, e é o que está acontecendo. Eu fico indignado porque eu estudei aqui em Brasília, em escola pública, no Guarã. Eu me lembro de que eu acordava de manhã doído para ir para a escola, querendo ir para a escola, o maior prazer do mundo era ir para a escola - mas eram as melhores escolas. Na época em que eu fazia escola pública... Eu não fiz UnB, porque UnB só tinha de manhã, mas também só entrava na UnB quem estudava em escola pública. Eu, como tinha que ralar o dia todo, tive que fazer uma faculdade particular.

Mas, na minha época, Presidente, nós tínhamos, inclusive, educação profissional. Todo jovem do ensino médio poderia optar por um curso profissional: técnico de contabilidade, técnico de administração, edificações, Normal, radiologia,

enfermagem, técnico de enfermagem. Você tinha essas opções. Hoje não tem mais. Aí V. Exa. sabe disto: nós temos hoje apenas 22% dos jovens na faculdade. De cada 100, só 22 entram na faculdade, 78% dos jovens não conseguem ter acesso às universidades e às faculdades. E aí fica essa geração nem-nem, que não estuda e não trabalha. Fica à mercê do tráfico. Por quê? Porque não teve qualificação profissional.

Fala-se muito aqui em segurança pública. Nós só vamos resolver a questão da segurança pública quando a gente oferecer para os jovens educação profissional, para eles poderem empreender, criar suas empresas, e não ficarem dependente de Governo. Pelo amor de Deus, ninguém aguenta mais isso! Você já não consegue mão de obra mais. Por quê? As pessoas não querem mais ser registradas. O salário é pequeno? Pode ser, lembrando que é o dobro: quando você contrata alguém por R\$1.000 ou por R\$2.000, na prática, ele te custa quase o dobro, por causa dos impostos, do custo Brasil, da previdência, do Fundo de Garantia, do décimo terceiro, do INSS; a parte patronal, a parte do empregado. É 100% do valor que você contrata. E aí, como tem o Bolsa Família, que todo mundo hoje tem... Metade da população tem programa social, que não tem porta de saída. É triste você ver jovens dependendo de Bolsa Família, sem perspectiva de qualificação, de um emprego, de um empreendedorismo.

E aí nós não temos educação profissional. Quando eu fui Secretário, para o senhor ter ideia, aqui não tinha nenhum instituto federal, somente três escolas técnicas. No meio de 600, tinha três escolas técnicas. A gente conseguiu trazer o IFB e, hoje, nós temos 11 unidades do instituto federal. Nós conseguimos assinar o convênio com o ministério para nove escolas técnicas - mais nove escolas técnicas.

Eu fui o Presidente da Comissão do novo ensino médio. Qual foi a base do novo ensino médio? Exatamente criar um itinerário profissional também, para que os jovens pudessem ter uma profissão. A minha avó - não sei se a avó de V. Exa. falava a mesma coisa - dizia: "Cabeça vazia, oficina do diabo". Se não tem o que fazer, vai fazer o que não presta. Então, se a gente não ocupar esses jovens com qualificação, com esporte, com cultura... Hoje... Como eu disse aqui, eu ia por prazer para a escola; hoje a meninada vai no sacrifício.

Agora criaram o Pé-de-Meia. Dizem que caiu bastante o percentual, mas é uma dependência, R\$200 por aluno, para não abandonar o ensino médio. A forma de o aluno não abandonar a escola é melhorar a infraestrutura, é você colocar a internet na escola, a tecnologia, o quadro digital, a lousa digital; é você botar esporte, é você botar cultura, colocar realmente laboratório de ciência, de biologia, todos os laboratórios, aí você traz o aluno. Não é dando R\$200 que você vai resolver o problema. Então, a gente precisa mudar isso.

Nós temos três gargalos muito grandes com educação, V. Exa. sabe disso. Na primeira infância, nós temos um déficit muito grande de crianças na creche, de crianças na escola. A alfabetização não é feita na idade certa, e esse é um dos grandes problemas que nós temos no Brasil. A criança carrega para o ensino fundamental e o ensino médio toda uma deficiência, exatamente por falta de alfabetização na idade certa.

O outro gargalo é a formação de professor. Nós não temos hoje uma formação adequada dos professores, que envolve tecnologia, envolve uma série de outros... Mas ninguém quer mais ser professor. Também, com esse salário que está aí, como diz lá o Chico Anysio, desse tamanho... Professor hoje tem um dos piores salários, inclusive aqui no DF; deve ser uma das últimas, dentro das carreiras do DF, a remuneração dos professores.

É uma coisa, assim, interessante, né? As pessoas parece que esquecem que quem forma o médico, o advogado, o contador é o professor, e aí é o menos valorizado. Então, a gente precisa melhorar a formação dos professores, colocar o professor dentro da sala de aula durante o curso de Pedagogia, de Letras, como tinha no Curso Normal. Tem que resgatar isso! Hoje o cara faz Pedagogia, muitas vezes a distância, e depois entra numa sala de aula. O cara fica doído, não consegue dar aula! Aí criaram as escolas cívico-militares, que resolvem o quê? Disciplina, porque, como na escola tradicional ninguém respeita mais ninguém, principalmente o professor não é respeitado, ninguém consegue dar aula. Fico imaginando, eu dei aula a vida toda, fico imaginando se eu conseguiria dar aula hoje, porque eu era muito rigoroso: o cara falou muito, ia para a direção. Hoje, se você mandar um aluno para fora, vem a mãe, o pai, o avô, o tio, brigar com o professor, brigar com a escola. Então é uma coisa que mudou radicalmente e que a gente precisa corrigir.

E a questão da educação profissional, que eu disse há pouco, a importância de ter uma profissão para os nossos jovens. E aí, uma coisa pela qual eu luto aqui há anos, desde quando Deputado Distrital, Federal e agora Senador, que é ciência, tecnologia e inovação. O Brasil não valoriza tecnologia, não investe em pesquisa, em desenvolvimento tecnológico. A gente conseguiu... Olha, coloquei inovação na Constituição, o que não existia...

(Soa a campanha.)

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) - ... depois de muita luta. Mudamos todo o marco regulatório de ciência e tecnologia, porque eu vi os gargalos que aconteciam quando fui Secretário. Mudamos tudo. Faltava

dinheiro: aprovamos a lei proibindo o contingenciamento ou o desvio dos recursos da ciência e tecnologia para outras áreas, que foi o FNDCT - mesmo assim, é um valor ínfimo, por mais que sejam vinte e poucos bilhões, é muito pouco. Se você olhar o que a Coreia, o Japão, os Estados Unidos, a Alemanha investem em ciência e tecnologia, isso aí é troco. Então, a gente tem que ter essa consciência de que educação de qualidade envolve ciência e tecnologia, envolve laboratório, envolve tecnologia, envolve investimento.

Então é a nossa luta aqui. Sei que é uma luta de V. Exa., mas a gente não poderia deixar aqui de falar um pouquinho sobre isso, não é, Presidente? Então era isso.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) - Bem, eu quero registrar aqui nas galerias a presença dos alunos do ensino fundamental da Escola Sagrado Filho, de Taguatinga, Distrito Federal.

Quem estava falando aqui para vocês é o Senador Izalci Lucas, que é Senador aqui de Brasília, estava falando justamente sobre educação, sobre qualidade de educação, melhorar a educação, valorizar os professores. O Senador Izalci Lucas é um defensor da educação de melhor qualidade aqui em Brasília.

Quero avisar aos professores presentes que estão dirigindo aqui a visita das crianças, que, infelizmente, hoje, vocês chegaram aqui, e o Plenário do Senado está vazio, só tem nós dois aqui, outros já discursaram e foram embora. Mas vocês estão vendo que aqui é um local bonito, vocês estão vendo? Aqui ficam sentados 81 Senadores, aqui ficam 81, em cada cadeira dessa aí tem um Senador que senta, mas eles estão em viagens, estão viajando para os seus estados, não tem Senador de Brasília, só tem esse aqui e mais dois, só o Izalci e mais dois, os outros são de outros estados, São Paulo, Rondônia. Eu mesmo sou de Rondônia, bem de longe, lá da Região Norte.

Então, sejam bem-vindos, professores e também os alunos queridos da Escola Sagrado Filho, de Taguatinga. Taguatinga você conhece bem, não é, Izalci?

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) - Terra boa!

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) - Terra boa. Vocês moram em uma bela cidade-satélite, talvez a maior de Brasília. É a maior?

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) - A maior ou a melhor.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO. Fala da Presidência.) - Ele está falando aqui de Taguatinga, se não for a maior, é a melhor.

Um abraço para vocês, uma boa tarde.

Nós vamos encerrar a nossa sessão, viu, gente? Vocês não nos levem a mal, é porque tem pouca gente e nós já terminamos o nosso serviço aqui do dia.

A Presidência informa às Senadoras e aos Senadores que estão convocadas as seguintes sessões para amanhã, terça-feira:

- Sessão de Premiações e Condecorações, às 10h, destinada à entrega da Comenda Nise Magalhães da Silveira, uma grande psiquiatra brasileira - ela é merecedora; e

- Sessão Deliberativa Ordinária, às 14h, com pauta divulgada pela Secretaria-Geral da Mesa.

Cumprida a finalidade desta sessão, a Presidência declara o seu encerramento.

Uma boa-tarde a todos.

(Levanta-se a sessão às 15 horas e 04 minutos.)